

**AS LICENCIATURAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS:
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES OFERTADAS POR
INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Wigna Eriony Aparecida de Moraes Lustosa | Francisco das Chagas da Silva Souza

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar o panorama de criação dos Institutos Federais (IF), a partir da Primeira República, e como as Licenciaturas ofertadas por eles contribuem para a formação de professores para a educação profissional, tendo em vista que essas são instituições que ofertam essa modalidade. Nossa metodologia será de tipo exploratória, e como técnica de pesquisa utilizaremos a bibliográfica e documental, no intuito de não esgotar nossas possibilidades de entendimento da relação existente entre os IF, a formação docente e a educação profissional. Nos fundamentaremos em estudos de Cunha (2005), para discutir o panorama histórico dos IF; em Kuenzer (2012), Machado (2011) e Lima (2014) para problematização da formação de professores para a educação profissional. Concluímos que as Licenciaturas ofertadas pelos IF possuem um hiato no que diz respeito ao papel desempenhado por elas, impedito o entendimento da relação existente entre a formação docente e a educação profissional.

Palavras-chave: Institutos Federais. Licenciaturas. Formação de professores.

AS LICENCIATURAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES OFERTADAS POR INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais (IF), que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. Nessa Lei é estabelecido que os IF, além de ministrar educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada, pesquisa e extensão, devem ministrar cursos em nível superior, entre eles, cursos de licenciatura voltados para formação de professores para a educação básica e profissional e cursos de pós-graduação. A lei também estabelece que os IF devem ofertar um total de, no mínimo, 20% das suas vagas para a formação de professores (BRASIL, 2008).

Considerando que a Lei nº 11.892/08, no seu artigo 8º, reserva um mínimo de 20% de sua oferta para a formação de professores, e que os IF existem por todo o território nacional, observamos a crescente oportunidade de formação docente num curto período, que coincide com a expansão da rede federal no Brasil, que começou em 2005 e mais fortemente a partir de 2008, apesar de sabermos que houve uma expansão com pouca intensidade na década de 1990. Também, a partir disso, podemos pensar que, sendo os IF instituições de educação profissional e que um bom percentual de sua oferta está voltado para as licenciaturas, como estas pensam e formam os futuros docentes que delas saem? Esta é uma questão que deveria ser muito bem posta nos documentos produzidos por esses IF.

Nesse artigo, nos deteremos nas discussões sobre a criação dos IF e a oferta das Licenciaturas como forma de contribuir para a formação de professores. Analisaremos o panorama histórico dos IF no Brasil e teremos como pergunta norteadora saber como está sendo pensada a oferta de licenciaturas em instituições de educação profissional. Para isso, iremos analisar inicialmente, a partir da história, como as licenciaturas nos IF contribuem para uma formação de professores voltadas para a educação profissional.

No item dois, apresentaremos a história da criação dos IF e, depois, no item seguinte, conheceremos a função dessas licenciaturas nos IF e discutiremos a formação docente nesses institutos.

Essa investigação é do tipo exploratória, e para sua realização fizemos uma pesquisa bibliográfica e documental, no intuito de não esgotar nossas possibilidades de entendimento da relação existente entre os IF, a formação docente ofertada por eles e a educação profissional.

2 PANORAMA DE CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: DA FORMAÇÃO DE OPERÁRIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Os Institutos Federais que conhecemos hoje já tiveram, em outras épocas, diversas denominações. Sua origem, em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices é considerada o acontecimento mais marcante do ensino profissional da Primeira República (CUNHA, 2005, p. 63). Além de seu caráter assistencialista, uma das funções dessas escolas era formar operários e contramestres que atendiam às exigências do capital naquele período, atendendo aos interesses da classe dominante. Sob o olhar do Ministério dos Negócios da Agricultura, essas escolas tinham como finalidade:

[...] a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais”. (CUNHA, 2005, p. 63)

O corpo docente nessas escolas era composto por professores e mestres de oficina. Havia o entendimento de que os professores do ensino primário não estavam preparados para dar aulas no ensino profissional e que os mestres de ofício, apesar da falta da base teórica, tinham como ferramenta a experiência vivida nas fábricas e as transmitiam a seus alunos esses conhecimentos da prática.

Em 1918, um regulamento estabeleceu que a admissão de professores, mestres e contramestres seria feita através de concurso de provas práticas feitas pelo diretor da escola que necessitava a vaga, através de instruções pré-estabelecidas para esse fim.

Na Primeira República, com a preocupação que existia para a formação de professores, foi pensada a criação de uma escola, denominada Escola Normal de Artes e Ofícios “Venceslau Brás”, no intuito de se dedicar à formação docente para o ensino industrial, tendo em vista a dificuldade de encontrar um corpo docente para constituir o quadro das Escolas de Aprendizes Artífices. Assim, Cunha (2005, p. 82) nos informa que Venceslau Brás, em seu manifesto de 1914, proclamou que as escolas profissionais deveriam se multiplicar no Brasil e que pelo menos um instituto se constituísse num viveiro de professores para essas escolas. A Escola

Normal de Artes e Ofícios “Venceslau Brás” foi criada em 1917, e de 1919 até 1937, teve um significativo número de matrículas, que variaram entre 122 e 459, diminuindo o quantitativo a partir de 1930.

O velho dualismo da educação brasileira também podia ser notado nesse período: de um lado, as Escolas de Aprendizes Artífices preocupada com a formação para o mercado de trabalho e com o recrutamento de crianças e de pessoas “desocupadas” que viviam a margem da sociedade e, por outro, uma outra escola direcionada à classe dominante, uma escola propedêutica que formava os filhos dos ricos e que, no futuro, iriam controlar o poder econômico e político.

Os modelos de escolas que evoluíam com o tempo acompanhavam os projetos em disputa vivenciados pela sociedade e atendiam ao desenvolvimento produtivo do país. Essas escolas passaram por diversas modificações até chegar a ser os atuais Institutos Federais. Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices tornaram-se, Liceus Industriais. Na época, o governo brasileiro tinha o interesse em ter profissionais que atendessem ao desenvolvimento industrial que vivia o país, formando operários que trabalhariam nesse parque industrial.

As leis orgânicas de 1942, promulgadas por Gustavo Capanema, modificaram os currículos, direcionaram ainda mais a educação profissional a uma classe desfavorecida e, por razões econômicas e ideológicas, dividiu o sistema educacional. Nesse mesmo ano, os Liceus Industriais passaram a ser Escolas Industriais e Técnicas, ofertando uma educação profissional compatível em nível ao secundário. Em 1942, essas escolas, a partir do Decreto lei nº 4.073/1942, passaram a ofertar uma educação propedêutica, articulada ao ensino industrial. Em 1959 passaram a ser Escolas Técnicas Federais, adquirindo autonomia e se constituindo em autarquias.

Após sua transformação de Escolas Técnicas Federais, em 1978, para Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), em três estados brasileiros (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro), essas escolas passaram por modificações nas suas realidades de ensino, sendo pioneiras na oferta do ensino superior, passando a ter históricos na formação de professores. Em um cenário de intensas modificações educacionais, com o Decreto nº 8.948/94, outras Escolas Técnicas Federais passaram a ser Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), formando o Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

A transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Cefets (os primeiros) em cumprimento à Lei nº 6.545/78 ensejou grande expectativa nesse sentido, pois um de seus objetivos era precisamente oferecer ensino superior de licenciatura plena e curta, visando à formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas do ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos. (MACHADO, 2008, p.13)

Essas escolas se constituíram em referências na educação profissional, atendendo ao mercado de trabalho, ao mundo capitalista e à classe dominante, que tinha como objetivo formar profissionais que atendessem à demanda existente nas indústrias, fábricas e ao mercado. No Rio Grande do Norte, essa mudança ocorreu no ano de 1999, quando a ETFRN passou a ser Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Com a Lei nº 11.892 de 2008 foram criados os Institutos Federais (IF), que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. Nessas casas de educação são ofertados educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada, pesquisa e extensão, cursos em nível superior, dentre eles, cursos de licenciatura voltados para formação de professores para a educação básica e profissional e cursos de pós-graduação, que já existiam, em menor número, nos CEFETs. Como dissemos anteriormente, para a oferta do nível superior, a referida lei estabelece que no mínimo 20% das vagas ofertadas pelos IF devem estar direcionadas para a formação de professores.

De Escolas de Aprendizes Artífices a IF podemos perceber uma mudança em como a instituição tenta construir sua identidade educacional. Primeiro, tínhamos uma escola voltada à formação de operários para atender a um mercado de trabalho. Seu público eram crianças desfavorecidas e pessoas “desocupadas” que estavam à margem de uma sociedade capitalista, em que a classe dominante exigia o grupo de trabalhadores que queria para atender suas necessidades. Hoje, temos um Instituto Federal que caminha no intuito de ofertar uma educação politécnica, na intenção de formar cidadãos emancipados e preparados para o mundo do trabalho, assim, constatamos nos documentos que representam a identidade da instituição. Essa Instituição entende que não há como dissociar educação e trabalho, mas há sim, como mudar a forma como ela acontece e modificar o sujeito diante dos desafios da modernidade. Atualmente, os IF ofertam o ensino médio integrado à educação profissional, cursos técnicos e cursos superiores, desde Licenciaturas à pós-graduação.

3 A OFERTA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O papel da educação na sociedade é de extrema relevância, e, no caso de nossa pesquisa que se debruça sobre a Educação Profissional, compreender o seu papel nos leva a um caminho de colaboração com a mudança da desigualdade social que vivemos.

Na perspectiva da crítica à Teoria do Capital Humano, compreendemos que a formação não está relacionada diretamente ao desenvolvimento econômico. Essa teoria caminha na ideia de que para que haja um alto desenvolvimento econômico é necessário que haja nível elevado na educação, sendo ela responsável pelo desenvolvimento do capital. Como bem apresenta o PPP do CEFET-RN (2007, p.16), “se esta relação fosse verdadeira a educação seria responsável pelo desemprego estrutural do primeiro mundo ou pela miséria do terceiro.” Dessa forma, observamos que essa ideia não corresponde com a realidade, ela não está correta.

A escola tem um papel essencial na construção da cidadania dos envolvidos nessa tarefa. Dessa forma, a escola deve colaborar para a formação de sujeitos críticos, reflexivos, questionadores, participantes do seu meio social e que compreendem as relações capitalistas, sabendo

que podem ser produtos desse processo e desenvolvendo meios de lidar com essa situação. Concordamos com o PPP (CEFET, 2007, p. 21) ao afirmar que a escola:

[...] enquanto esse espaço especialmente destinado à formação dos indivíduos, deve estar preocupada não unicamente com o saber escolar, mas fazer por onde esse saber se associe ao conhecimento da vida, à aquisição competências e habilidades para interagir com o mundo que se oferece no cotidiano. Por isso, a escola não pode se deixar levar pelas demandas de mercado, que exigem uma qualificação profissional A ou B, tampouco dirigir sua oferta educacional com vistas às experiências do mundo produtivo. Contudo, sua postura também não pode resvalar para a intransigência, resguardando-se como que uma ostra em sua casa. A escola deve estar aberta ao diálogo com os diversos segmentos da sociedade, observando suas tendências e dispondo o que lhe for cabível, sem com isso perder de vista o compromisso ético de oferecer uma formação integral a sujeitos que são antes de qualquer coisa cidadãos.

A educação deve proporcionar uma formação plena do sujeito, para que este tenha conhecimentos sobre tecnologia, cultura e da sociedade, sabendo viver em comunidade, preservando o meio ambiente e sendo um sujeito criativo e sensível, ao ponto de conceber sua própria subsistência. Ela caminha no sentido de proporcionar ao cidadão conhecimentos socioeconômicos e de fazê-lo viver no mundo do trabalho, transformando-o em um ser preocupado com seu papel social, com o coletivo, com a transformação da sociedade, percorrendo uma direção que não está preocupada somente em atender ao capital, a demanda de mercado.

Se pensarmos que as Instituições que se transformaram em IF, historicamente, sempre estiveram preocupados em atender a uma demanda de mercado, poderíamos assim dizer que a oferta das licenciaturas estaria de algum modo relacionada com essas exigências. Com isso, os IF se constituem como instituições preocupadas com a formação de professores no Brasil, como explica Lima (2014, p. 58):

As reformas educacionais foram articuladas com as recomendações dos organismos internacionais, com especial destaque para o Banco Mundial, e, a partir dos anos 1990, em sincronia com a instalação de uma política neoliberal. Nessa perspectiva, as reformas educativas no Brasil tiveram como objetivo adequar o sistema educativo ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos da economia, reafirmando a centralidade da formação dos profissionais da educação.

Por ser um elemento que coopera com essas mudanças educacionais, a formação de professores é um ponto a ser destacado nas reformas educativas, já que os docentes são os sujeitos que formam academicamente outros que contribuirão com o processo de reestruturação produtiva, que colaborarão com o capital. Se analisarmos por esse viés, poderíamos entender a formação do docente como fomentadora da educação de cidadãos que irão alimentar o sistema produtivo, a sociedade capitalista, rompendo com o caráter de uma educação emancipadora do sujeito.

Como afirma Lima (2014, p. 62), “ao se aproximar do pragmatismo, a formação de professores afasta-se de uma concepção *omnilateral* e se identifica como uma formação restrita ao âmbito da técnica”. Mas, a formação docente para a educação profissional, a qual nos debruçamos nesse momento, deve formar um professor reflexivo e pesquisador, que coopera e desenvolve trabalhos coletivos, que não se afasta da concepção humana do sujeito e sempre se volta à sua área específica.

A oferta de formação de professores possui algumas justificativas que fundamentam as Instituições que têm esse objetivo. No caso dos IF, uma delas seria a interiorização. Um fator importantíssimo para a oferta de Licenciaturas pelos IF no Brasil é a falta de profissionais docentes

em algumas disciplinas nas cidades que estão distantes dos grandes centros, fazendo com que a interiorização seja essencial para a oferta de formação de professores por essa Instituição que está em processo de expansão. Entretanto, vale questionar, assim como o faz

Lima (2014, p.96), que “formar professores de acordo com a necessidade da região não assegura suprir a necessidade de profissionais naquela localidade, uma vez que é preciso considerar as condições e valorização do trabalho docente na região”, já que o que mantém um profissional em um lugar são as condições de trabalho oferecidas para ele.

Outro fator seria a escassez¹ de professores, sendo esse um dos grandes pontos para oferta das licenciaturas pelos IF. Nesse caso, a justificativa seria atender a uma demanda da sociedade, fomentando a ideia de uma escola que vive para o capitalismo. Aqui, à primeira vista, esse ponto não estaria preocupado com a identidade educacional da instituição, se ela tem como função social essa formação docente, e sim, em responder a uma exigência do mercado, a uma lacuna existente na oferta de licenciaturas no Brasil pelas Universidades.

Mas, ao nos preocuparmos com o verdadeiro sentido do papel da educação, mais especificamente, ao papel da formação docente no IF, entendemos que mesmo que exista uma preocupação com a demanda de mercado para professor, as licenciaturas ofertadas contribuem e muito com o desenvolvimento dos sujeitos que não tinham oportunidade de se direcionar aos grandes centros para se formarem, proporcionando a uma grande parcela da sociedade uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.

Sendo uma instituição de educação profissional, os IF deveriam possuir um número grande de oferta de Licenciaturas nas áreas tecnológicas, mas o seu grande foco ainda é a formação de professores para a educação básica. Lima (2014, p. 85) esclarece que:

Mesmo sendo uma instituição que precisa diretamente do professor para a educação profissional, que possui prática profissional nesta modalidade, e com o indicativo legislativo e político de formar professores para a educação profissional e tecnológica, isto não está ocorrendo em grande escala. A política e orientações para a formação do professor das disciplinas específicas da educação profissional e tecnológica não são esclarecidas nos documentos analisados. O que deixa dúvidas se realmente é de interesse que os Institutos Federais realizem a formação docente para a educação profissional. De forma mais evidente, demonstra-se que é preciso que os IF formem professores para a educação básica (LIMA, 2014, p. 85)

No cenário que temos hoje, podemos ver um grande número de Licenciaturas que estão direcionadas para a educação básica. A partir disso, podíamos questionar de que maneira essas Licenciaturas preparam esses futuros professores para atuar também na modalidade da educação profissional, tendo em vista que eles estão sendo formados em uma instituição que está preocupada com essa modalidade e, conseqüentemente, com uma formação humana integral.

A oferta das Licenciaturas pelos IF também está ligada à ideia de formar para atender ao mercado. Podemos identificar esse discurso quando pensamos que a formação de professores a partir dessas instituições, isso porque ao longo da história, o que hoje conhecemos por IF, estavam preocupados com a formação para o trabalho, corroborando com uma ideia hegemônica, que alimenta o modo de produção existente. Por esse ângulo, a licenciatura ofertada pelo IF conduziria essa formação a uma alienação enquanto sujeito formador de opinião e estaria indo em direção contrária ao que os IF se propõem em sua identidade educacional de formação humana

1 Conforme o Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB), ano 2007, com o título “Escassez de professores no ensino médio: soluções estruturais e emergenciais”, afirma que “os dados do INEP, mesmo que preliminares, apontam para uma necessidade de cerca de 235 mil professores para o Ensino Médio no país, particularmente nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia.”

integral. Mas não é assim que se materializa essa formação, já que há um projeto contra-hegemônico proposto pelo PPP (CEFET, 2007) que ora analisamos. Apesar de haver um diálogo com as demandas de mercado, a oferta das licenciaturas pelo IF caminha na perspectiva de atender ao proposto nas suas concepções de currículo. Dessa forma, esses cursos deveriam formar os futuros docentes, na perspectiva de aliar as relações de trabalho e educação, de estar alicerçadas nos pilares da tecnologia, cultura, educação, sociedade e trabalho. Se imaginarmos a formação de um professor que se preocupa com o trabalho em seu sentido ontológico, teríamos uma formação docente preocupada com a formação humana integral do indivíduo, ao contrário do que seria a formação desse professor preocupada com o mercado de trabalho, em atender as demandas do capitalismo. Aqui estaria uma possível resposta a questão que levantamos anteriormente.

Analisando o trabalho docente, concordamos com Kuenzer (2011, p. 677) quando afirma que:

[...] o trabalho docente contribui, diretamente ou indiretamente, para a produção de ciência e tecnologia, pesquisando ou formando pesquisadores, e assim por diante. Ou seja, embora a finalidade do seu trabalho seja a formação humana, ele está atravessado pelas mesmas contradições que caracterizam o capitalismo (KUENZER, 2011, p. 677).

Sabemos que é por meio do trabalho que o professor se constitui como agente contribuinte das transformações da realidade. Ele, ao mesmo tempo que vende sua força de trabalho ao capital, por meio do ensinar e da pesquisa, para sua própria subsistência, pode formar sujeitos reflexivos e conscientes, que sabem criticar as imposições do capitalismo em busca à superação, à medida que entende que esse é o modo de produção que nos alicerça na nossa atual conjuntura de sociedade.

Os currículos e suas propostas voltadas para a formação de professores tem um papel fundamental para estimular práticas emancipadoras ou podá-las. Isso pode ocorrer a medida que essas propostas curriculares fomentem o entendimento do que seja o mundo do trabalho, do que seja o modo de produção capitalista e todas as contradições geradas pelo mundo que vivemos. Essas propostas podem contribuir para a formação de um sujeito crítico que está inserido numa construção de uma sociedade pautada em relações sociais e econômicas. Para fundamentar nossa discussão, Kuenzer (2011, p. 678) diz que “a qualidade da formação, contudo, vai depender das concepções ontológicas e epistemológicas que sustentam essas propostas curriculares, a partir das quais se formulam diferentes concepções de homem, de trabalho e de sociedade”.

Ainda não há um consenso do papel desempenhado pelas Licenciaturas nos IF e com isso podemos observar a existência de um hiato que não esclarece a relação existente entre a formação docente e a educação profissional, no entanto, acreditamos em uma formação de professores ofertadas por Institutos Federais com um caráter diferenciado, já que essas instituições vivem ideologicamente uma educação que acompanha a modernidade, que ultrapassa concepções de uma educação unitária, voltada para o mercado de trabalho, se transformando ao longo da história em uma escola que evidencia a formação humana integral, que preza por um ensino emancipador, *omnilateral* e politécnico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos nossa pesquisa, trilhamos como objetivo a análise do panorama de criação do IF e como as licenciaturas ofertadas por eles contemplavam a oferta de formação de professores, mais especificamente, como se relaciona essa formação docente com a educação profissional.

Sobre o caminho histórico percorrido pelos IF, a partir da Primeira República, detectamos que há um cenário de dualismo da educação brasileira que pode ser notado das Escolas de Aprendizes e Artífices a IF. De um lado, tínhamos uma escola voltada a formação de operários para atender um mercado de trabalho e do outro, um Instituto Federal comprometido com uma educação politécnica, na intenção de formar cidadãos emancipados e preparados para o mundo do trabalho.

A oferta das Licenciaturas pelos IF está intimamente ligada a ideia de formar para atender ao mercado, isso porque ao longo da história os IF estavam preocupados com a formação para o trabalho. Ainda não há um consenso do papel desempenhado pelas Licenciaturas nos IF, porém, acreditamos em uma formação de professores ofertadas por Institutos Federais que está fundamentada nas concepções de formação humana integral, politécnica e omnilateral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)> Acesso em: 09 out. 2014.

_____. Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB). Escassez de professores no ensino médio: soluções estruturais e emergenciais. Ministério da Educação, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>> Acesso em 22 jan. 2015.

CEFET. **Projeto Político-Pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção** (2004 a 2006). 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=documentos:ppp_2004.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 32, n. 116, set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302011000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 dez. 2012.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. **A formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: um estudo da concepção política**. Natal: IFRN, 2014.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**,

Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático III – Formação de professores para a educação profissional
ISSN: 2358-1190

Brasília, v. 1, n. 1, p.8-22, jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2014.